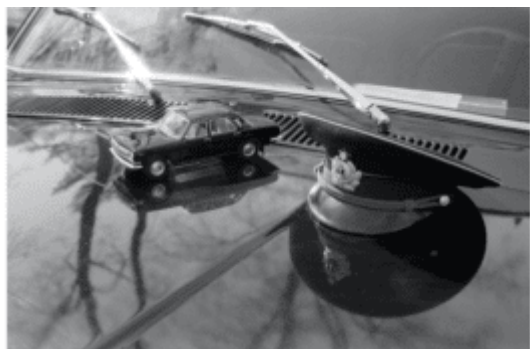


A política internacional militarizada



Por **GILBERTO LOPES***

O mundo desmorona-se, mas a OTAN decide dobrar a aposta

A história repete-se, lembra Ravi Agrawal, editor-chefe da publicação norte-americana *Foreign Policy*: a guerra entre Estados está de volta, o mundo volta os olhos para as armas nucleares, a pandemia mata milhões de pessoas e interrompe as habituais cadeias de comércio, a inflação atinge níveis não vistos desde 1970, grande parte do mundo começa a ficar sem comida, há uma crise energética.

Como na Guerra Fria, os Estados Unidos alinham seus parceiros contra a Rússia, num conflito que teve dois momentos importantes. O primeiro foi impedir a conclusão e operação do Nord Stream 2, um gasoduto que ligaria a Rússia à Alemanha e à Europa Central. Um “projeto geopolítico com o qual a Rússia pretendia dividir a Europa”, na opinião do Secretário de Estado Antony Blinken, mas que, para a ex-chanceler alemã Angela Merkel, deveria ser visto como um projeto econômico, bem mais que político. O segundo foi o golpe de Estado de 2014 na Ucrânia, que a tornou peça-chave na confrontação com a Rússia.

Assim, foi imposta uma política de isolamento da Rússia, dividindo a Europa, que enfrenta agora as graves consequências de sua decisão. Em 5 de julho, o Euro era negociado em seu valor mais baixo em 20 anos e cresciam as perspectivas de uma recessão econômica. A lista de Agrawal pode não ser exaustiva, mas tem certamente uma dimensão extraordinária. Na opinião do Papa Francisco, dessa crise “não se sai sozinho. Para sair, é necessário arriscar-se e levar o outro pela mão”.

De 26 a 28 de junho, as economias mais envolvidas, agrupadas no G7, reuniram-se no castelo de Elmau, na Baviera. Aos sete, juntaram-se Senegal, Argentina, Indonésia, Índia e África do Sul, a convite do chanceler alemão Olaf Scholz.

Patrick Wintour, enviado do *The Guardian* a Elmau, resumiu a agenda destacando a fixação de um limite máximo para o preço do petróleo russo (numa tentativa de limitar as receitas russas, mas também de reduzir a pressão inflacionária), o adiamento de medidas para combater as mudanças climáticas, a fome potencial na África e o aumento do fornecimento de armas à Ucrânia.

Um novo conceito estratégico

Em outras circunstâncias, o que foi decidido na reunião do G-7 teria particular relevância para lidar com as crises. Não foi este o caso. A reunião em Elmau foi apenas um aperitivo para outra que – essa sim – ocuparia o palco em que o Ocidente definiria suas prioridades: a Cúpula da OTAN em Madrid, de 29 a 30 de junho, com a participação de chefes de Estado e de governo dos 30 países membros, mais “convidados-chave” da Europa e da Ásia. Pela primeira vez, destacou um comunicado da Casa Branca, o encontro incluirá aliados da Ásia-Pacífico, representados no mais alto nível.

Tratava-se de aprovar o “Novo Conceito Estratégico” que orientará as políticas da OTAN na próxima década. Um documento relativamente curto, simples e com poucas ideias. O suficiente para entusiasmar seu secretário-geral, o ex-primeiro-ministro trabalhista norueguês Jens Stoltenberg, que resumiu para a imprensa o que tinha sido acordado no final. Em dez páginas apertadas, a OTAN redefine seus inimigos. Descreve a Federação Russa como “a ameaça mais significativa e direta à segurança de nossos aliados”. E aponta a China, “cujas ambições e políticas coercitivas desafiam nossos

interesses, segurança e valores". A profunda aliança estratégica entre ambos e suas tentativas de minar a "ordem internacional baseada em regras atentam contra nossos valores e interesses", afirmam.

Regras que – como assinalado por Ivo H. Daalder, ex-embaixador na OTAN entre 2009 e 2013 e presidente do *Chicago Council on Global Affairs*, e James Lindsay, vice-presidente do *Council on Foreign Relations* em artigo na edição de julho/agosto de *Foreign Affairs* – “Washington normalmente ignora, quando não são de seu agrado”. Citam as guerras do Kosovo, do Iraque e a tortura de inimigos capturados. “Os Estados Unidos recusaram-se a negociar novos acordos sobre testes nucleares, controle de armas, acusação de criminosos de guerra e regularização do comércio na Ásia-Pacífico”, acrescentam.

Mas o apelo a uma “ordem internacional baseada em regras” se repete no documento da OTAN. Entre essas regras (nunca bem definidas) está a “liberdade de navegação”, numa referência velada à tensa situação no Mar do Sul da China. O documento da OTAN afirma que “a segurança marítima é fundamental para nossa paz e prosperidade”, e compromete-se a reforçar sua posição regional para “defender-se de todas as ameaças no domínio marítimo, garantir a liberdade de navegação, a segurança das rotas comerciais marítimas e proteger nossas principais linhas de comunicação”.

A região do Indo-Pacífico

O que está em jogo na região do Indo-Pacífico é a questão central do Mar do Sul da China; a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) tem 168 países membros, mas os Estados Unidos se arrogam o direito de interpretá-la unilateralmente, diz a Dra. Anuradha Chenoy, ex-diretora da Escola de Estudos Internacionais da Universidade Jawaharlal Nehru em Nova Delhi e diretora do Centro de Estudos Russos e da Ásia Central. Chenoy salienta igualmente que as negociações entre os países da ASEAN e a China sobre um código de conduta na região também não progrediram.

Num artigo sobre a renovada visão da OTAN para a região do Indo-Pacífico, Chenoy lembra-nos que os gastos de defesa dos Estados Unidos são o triplo dos da China. Combinados com os da OTAN, multiplicam-se e a crescente militarização da região faz com que todos os orçamentos militares aumentem. As medidas tomadas na região do Indo-Pacífico pelos Estados Unidos incluem a criação do Diálogo Quadrilateral de Segurança (QUAD) – com Singapura, Japão e Índia – e uma aliança informal, mas de caráter abertamente militar com a Austrália e o Reino Unido (AUKUS), observou.

A maioria dos dez países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) está preocupada com a estratégia da OTAN e com as pressões norte-americanas. “A hiperatividade da OTAN na região, a política de contenção da China e a expansão das alianças estratégicas e militares aumentarão as tensões e não beneficiarão ninguém”, diz Chinoy.

O grande guarda-chuva da OTAN

A OTAN é hoje o guarda-chuva sob o qual Washington alberga mais comodamente os países europeus. Em outros cenários, como o econômico, energético ou ambiental, este guarda-chuva, muito menor, não é suficiente para acomodar todos. Investir na OTAN, diz o documento aprovado em Madri, “é a melhor forma de assegurar laços duradouros entre aliados europeus e norte-americanos”.

É evidente que a invasão russa da Ucrânia tornou mais fácil para todos os aliados europeus acomodarem-se sob o grande guarda-chuva da OTAN, cuja estratégia é agora a melhor expressão da política internacional de um Ocidente que afirma estar pronto para defender seu bilhão de habitantes (menos de 15% da população mundial), seu território e, sobretudo, sua visão de mundo: sua liberdade e sua democracia. A principal expressão dessa política é agora a militar.

Para seus membros, a ampliação da OTAN “é uma história de sucesso” que ajudou a consolidar a paz na zona euro-atlântica, que pretende estender para o resto do mundo. A solicitação de adesão à aliança da Suécia e da Finlândia entusiasmou os países membros. Seu Secretário-Geral, o patético Stoltenberg, transformado no principal porta-voz da política ocidental, não conseguia esconder sua euforia. Dois países vizinhos que – como Günter Grass recorda no livro *O tambor* – “nunca gostaram muito um do outro”. A cena é a saída de uma igreja no Natal de 1930. “De repente”, diz Grass, “as facas são longas e a noite é curta”.

Uma OTAN enfraquecida

Sobre a adesão da Finlândia, falou Heikki Talvitie, embaixador de seu país em Moscou entre 1988 e 1992, os últimos anos da União Soviética, numa entrevista publicada no jornal *La Vanguardia* de Barcelona. “Acredita que a decisão da Finlândia de aderir à OTAN foi uma decisão sensata?”, perguntou o jornalista Andy Robinson. “O relatório de 50 páginas, que foi redigido antes da votação dos deputados, carece de qualquer perspectiva histórica. Parte da ideia de que a história do mundo começou no último dia 24 de fevereiro. O incrível é que na Finlândia, ao longo dos últimos 70 ou 80 anos, temos feito enormes esforços no desenvolvimento de nossa política de segurança. Mas o relatório cobre apenas o período a partir de fevereiro de 2022”, respondeu Talvitie.

“Acredita que a OTAN aumentará a segurança da Finlândia?” – Não. Não há ameaça russa. Não há tropas na fronteira. É um erro, um disparate comparar a situação geopolítica na Ucrânia com a situação finlandesa. Não têm nada a ver. A Rússia considera que a OTAN é uma ameaça. Portanto, a Rússia já é uma ameaça para nós. Não era antes. Agora é. – O mais importante para o governo tem sido sua reeleição. E a opinião pública tem sido arrastada pelos meios de comunicação e pelas redes sociais. Este governo entende muito pouco de Rússia, acrescentou Talvitie.

A OTAN da Guerra Fria era a OTAN do anticomunismo. A OTAN de hoje é a OTAN que divide a Europa, que a coloca contra a Rússia, um país europeu cuja integração é condição para a região consolidar sua independência no cenário internacional. A necessidade de matérias-primas, incluindo gás e petróleo, cujo fornecedor natural é a Rússia, é uma boa ilustração da fraqueza de uma Europa que, no entanto, a define como seu principal inimigo. Isto só é possível abrigando-se sob o guarda-chuva norte-americano, o que, em seu momento, nem Angela Merkel nem Emmanuel Macron quiseram. Pelo contrário, a maioria dos países da Europa do Leste, especialmente a Polônia e os países bálticos, estava entusiasmada com a ideia.

Essa OTAN não poderá contribuir para a paz, nem para a consolidação da Europa no mundo. Submetida aos interesses norte-americanos, organizada em torno de uma opção militar, o destino dessa OTAN é um beco sem saída. A política internacional militarizada nunca foi tão inútil para enfrentar os problemas do mundo.

Há vozes sensatas na Europa. Abundam, embora estejam agora abafadas pelas bravatas da OTAN, o que não oculta sua aspiração de expandir-se pelo mundo. “Trabalharemos com nossos parceiros para enfrentar desafios em regiões estratégicas para o interesse da aliança: Bósnia e Herzegovina, Geórgia e Ucrânia, Balcãs e Mar Negro, Oriente Médio e Norte de África, Sahel e a região do Indo-Pacífico”. De acordo com o documento, tudo isto afeta agora a segurança euro-atlântica.

Guerra nuclear?

Só a América Latina não é mencionada no documento, o que constitui um desafio explícito para definirmos nós mesmos nosso lugar nesse mundo e para propormos iniciativas para efetivá-lo, às quais nos referiremos mais adiante. Um desses papéis – e não o menos importante – é procurar as vozes sensatas da Europa e formar com elas uma nova e poderosa aliança capaz de se fazer ouvir no mundo. Pois uma guerra entre a OTAN e a Rússia, ou a China, não é apenas um problema euro-atlântico.

O documento da OTAN está cheio de promessas. O objetivo da militarização da política mundial, garantem-nos, é “preservar a paz”. A ferramenta final para essa realização é a capacidade nuclear da OTAN, que depende particularmente – como o texto nos lembra – dos Estados Unidos.

Hoje em dia é frequente encontrar vozes de todo o tipo especulando sobre a possibilidade de uma guerra nuclear. Entre os muitos artigos sobre o assunto, o de Mark Cancian, um coronel reformado dos marines e conselheiro do Programa de Segurança Internacional do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS), é um bom exemplo. Cancian especula em seu artigo – intitulado “*How to Break Russia’s Black Sea Blockade*”, publicado no *Foreign Affairs* em 1 de julho – sobre as opções diplomáticas e militares para romper o bloqueio, tais como comboios da OTAN para proteger os navios que saem dos portos ucranianos no Mar Negro, ou a proteção aérea com aviões da OTAN destacados em bases na Romênia e

Bulgária.

A retirada das forças russas da Ilha da Cobra, perto do delta do Danúbio no Mar Negro, que tinham ocupado no início da guerra, é vista como um marco de esperança nesta estratégia militar. Localizada a 35 km da costa ucraniana, com apenas 0,205 km², não é possível manter uma força permanente na ilha, que pode ser bombardeada a partir da costa, e os russos acabaram retirando-se. Mas a ilha também não foi reocupada por forças ucranianas, que não a poderiam defender.

Como Putin avisou repetidamente a OTAN para não intervir neste conflito, diz Cancian, “é pouco provável que ele permita que um comboio da OTAN quebre o bloqueio sem responder de alguma forma”. Uma opção “de menor confronto”, acredita ele, seria integrar uma escolta com navios de países não pertencentes à OTAN. Quais? Difícil de imaginar.

Cancian sugere também que os Estados Unidos registrem os navios mercantes responsáveis por tal operação sob sua bandeira, forçando a Rússia a atacar navios americanos se quisesse evitar a ruptura do bloqueio. Para onde tal opção nos levaria? É fácil imaginar. Por agora, diz ele, há comida suficiente no mundo. Mas se a guerra se arrastar, a fome pode atingir todos, provocando agitações que podem ameaçar a estabilidade social. Segundo Cancian, “é responsabilidade da OTAN e do Ocidente ter um plano pronto antes que a escassez de alimentos se torne uma crise”.

Outros especulam sobre diferentes cenários. Eles esperam que, uma vez terminado o inverno europeu, com seu exército mais bem armado e treinado, a Ucrânia seja capaz de enfrentar com sucesso uma guerra prolongada. Parte disto é sugerido por Jack Detsch em seu artigo “*West Worries About Fraying Consensus Over Ukraine*”, publicado no *Foreign Policy*, onde é repórter de política externa do Pentágono e de temas sobre segurança nacional. O senador democrata Chris Coons, membro da Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano, argumenta na mesma linha. “Putin está contando com nossa perda de interesse na guerra da Ucrânia”, disse em entrevista à mesma *Foreign Policy*.

“O presidente ucraniano Volodymyr Zelensky agradece nossa ajuda, cerca de seis bilhões de dólares em equipamento militar e bilhões em apoio econômico direto”, diz Coons, preocupado em garantir o fornecimento de produtos agrícolas, dos quais a Ucrânia é um dos principais produtores mundiais. Para isso, os portos do Mar Negro são essenciais, especialmente à medida que se aproxima a colheita do outono.

A opção da América Latina

Não fazemos parte da estratégia da OTAN para a próxima década. Abrigadas sob o enorme guarda-chuva norte-americano, sob o qual praticamente todas as ditaduras que periodicamente organizaram e promoveram a região foram acomodadas, na América Latina, em todo o caso, nunca deixaram de existir forças políticas que tentam fazer política fora desse guarda-chuva. O melhor (e mais dramático) exemplo de resposta, quando foi possível avançar por este caminho, é o golpe militar de 1973 contra o governo de Salvador Allende no Chile.

Esta política não cessou, como aconteceu recentemente na Bolívia, e como é o caso das sanções impostas a países como Cuba e Venezuela. É difícil conciliar esta situação com o documento da OTAN, que reivindica uma “visão clara” da ordem mundial: “queremos viver num mundo onde a soberania, a integridade territorial, os direitos humanos e a lei internacional sejam respeitados e onde cada país possa escolher seu próprio caminho, livre de agressões, coerção ou subversão”. Naturalmente, a América Latina não está incluída nestas considerações.

Devemos exigir o fim destas políticas implementadas por Washington na América Latina, mas, acima de tudo, devemos organizar-nos para participar num cenário em que o destino da humanidade está em jogo.

As recentes palavras do Papa à agência de notícias argentina *Telam* sugerem algumas ideias. “Neste momento, precisamos de coragem e criatividade. Sem estas duas coisas, não teremos instituições internacionais que nos possam ajudar a superar estes graves conflitos, estas situações de morte”, disse ele. “Vivemos isto de perto na Ucrânia e é por isso que estamos alarmados, mas pensemos em Ruanda há 25 anos, na Síria há dez anos, no Líbano com seus conflitos internos, ou em Myanmar hoje. O que estamos vendo já ocorre há muito tempo. A cuidadosa omissão do Iraque nesta lista chama a atenção”.

Francisco lembrou de declarações recentes que fez a uma revista jesuíta, que causaram agitação, quando disse que “aqui não tem bons nem maus”. “Eles pegaram essa frase isolada e disseram: ‘O Papa não condena Putin!’”. A realidade é que o

estado de guerra é algo muito mais universal, mais sério, e aqui não há bons nem maus. Estamos todos envolvidos”, disse Francisco. “A América Latina ainda está nesse lento caminho, de luta, do sonho de San Martín e Bolívar pela unidade da região. Sempre foi vítima, e será sempre vítima até que não se termine a libertação, dos imperialismos exploradores”, acrescentou o Papa.

O cenário político da região, com as mudanças de governo no México, Argentina, Chile, Bolívia, Colômbia e provavelmente no Brasil, nas eleições de outubro, a que se juntam organizações políticas de vários países que não estão no governo, é uma base poderosa para procurar – com a coragem e criatividade pedidas pelo Papa – alternativas para lidar com a guerra e a crise global.

Parece indispensável construir pontes entre a América Latina e os políticos europeus que se opõem ao desenvolvimento de alternativas militares para resolver o conflito entre Rússia e Ucrânia. Para amarrar as mãos da OTAN. Para explorar a criação de um grande movimento internacional orientado nesta direção, com políticos europeus da estatura de Merkel, Gerard Schröder, Mélenchon, de políticos portugueses, ingleses, finlandeses (como o ex-diplomata Talvitie) e certamente muitos dos países da Europa Oriental, que discordam da militarização da política europeia.

Uma das expressões mais dramáticas desta militarização é a decisão da Alemanha de reverter as principais orientações de sua política externa, evitando o rearmamento e o envolvimento em conflitos militares em outros países. Não deixa de espantar a visão curta de uma Europa que esquece como 1933 se tornou 1939. A América Latina tem muito a dizer perante o medíocre cenário euro-atlântico. Vale a pena tentar.

***Gilberto Lopes** é jornalista, doutor em Estudos da Sociedade e da Cultura pela Universidad de Costa Rica (UCR). Autor de *Crisis política del mundo moderno (Uruk)*.

Tradução: Fernando Lima das Neves.